

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À  
ATUAÇÃO DO ESTADO NA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS  
NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS DE 2017 NA ZONA DO  
PINHAL INTERIOR**

[Inquérito Parlamentar n.º 2/XIV/1.ª (PSD)]

**Reunião n.º 23**

29 de setembro de 2020

(17:12 h – 18:18 h)

**Ordem do dia:**

Audição do Sr. Sérgio Gomes, na qualidade de ex-Comandante em exercício do Centro Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Leiria.

**Presidente da Comissão:** Paulo Rios de Oliveira (PSD)

**Deputados oradores:**

Ricardo Vicente (BE)

João Dias (PCP)

Raul Miguel Castro (PS)

Paulo Leitão (PSD)

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Boa tarde, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

Está reunida a Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à Atuação do Estado na Atribuição de Apoios na Sequência dos Incêndios de 2017 na Zona do Pinhal Interior.

*Eram 17 horas e 12 minutos.*

Esta reunião ordinária destina-se à audição do Sr. Dr. Sérgio Gomes, na qualidade de ex-Comandante em exercício do Centro Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Leira, a requerimento do Grupo Parlamentar do PCP e, tanto quanto creio, votado por toda a Comissão.

Sr. Doutor, seja bem-vindo à nossa Comissão.

Conforme é hábito e consta na sua convocatória estas audições pautam-se pela possibilidade de haver três rondas de perguntas, sendo a primeira ronda com intervenções de 8 minutos por cada grupo parlamentar, em modelo de pergunta/resposta; haverá, caso os grupos parlamentares assim o entendam, uma segunda ronda com intervenções de 5 minutos, todas seguidas, e a resposta será dada no fim até ao limite do tempo despendido pelos grupos parlamentares; e, se necessário, haverá, ainda, uma terceira ronda com intervenções de 3 minutos por cada grupo parlamentar e, eventualmente, de 2 minutos por Deputado que queira fazer, a título individual, algum pedido de esclarecimento adicional.

Também está consignado no nosso Regulamento que o depoente tem a prerrogativa de, querendo, usar da palavra por um período de 15 minutos para fazer o enquadramento do porquê de estar aqui ou para dar a sua visão dos acontecimentos.

Então, a primeira pergunta que lhe faço é se pretende usar da palavra, ou se daremos início, de imediato, à nossa audição.

O Sr. Dr. **Sérgio Gomes** (ex-Comandante em exercício do Centro Distrital de Operações de Socorro de Leiria): — Sr. Presidente, pretendo usar da palavra.

O Sr. **Presidente**: — Tem, então, a palavra. Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Sérgio Gomes**: — Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, estou inteiramente ao vosso dispor para responder às questões que me queiram colocar.

No entanto, quero ressaltar que só ontem tive conhecimento da convocatória para cá estar e, portanto, não tive muito tempo para me preparar, todavia tentarei responder ao que me questionarem e estou ao vosso dispor.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, efetivamente é verdade que houve alguma dificuldade nesta convocatória, porque tivemos alguma dificuldade na identificação «comandante» ou «ex-comandante» na altura dos factos e foi só com o auxílio do Grupo Parlamentar do PCP que conseguimos acelerar um pouco esse processo. Agradeço novamente, e, por maioria de razão, a sua presença em tão curto espaço de tempo.

A nossa audição vai iniciar-se com o Grupo Parlamentar do Bloco de esquerda, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Vicente.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero, em primeiro lugar, agradecer a disponibilidade, Sr. Comandante Sérgio Gomes, na qualidade de ex-Comandante em exercício do Centro Distrital de Operações de Socorro de Leiria, para prestar declarações nesta Comissão e por ter despendido do seu tempo para se deslocar até a Assembleia da República.

Em segundo lugar, quero manifestar a total solidariedade do Bloco de Esquerda para com as populações afetadas por estes grandes incêndios de 2017 e, também, manifestar a nossa solidariedade para com os diversos corpos da proteção civil, nomeadamente os bombeiros, por todo o trabalho e empenho que tiveram ao longo deste processo, pelo que quero deixar-lhes também os nossos agradecimentos.

Entendemos que uma parte do problema que «desaguou» nestes incêndios corresponde ao abandono da política pública no que respeita ao ordenamento florestal e à redução da sua perigosidade que durou décadas e que gerou os riscos que possibilitaram os incêndios que ocorreram.

Também houve falta de investimento ao nível dos corpos de proteção civil e ao nível das estratégias utilizadas, como veio a ser demonstrado com diversos estudos que vieram a ser realizados e que hoje ainda necessitam de execução, como é o caso do programa de ação do Plano Nacional de Gestão Integrada dos Fogos Rurais que ainda hoje não se conhece nem tem qualquer aplicação.

Bom, isto sai do âmbito do trabalho desta Comissão, que se restringe à atribuição de apoios públicos, e, nesse sentido, queria questioná-lo sobre se a sua organização e as organizações com que lida foram envolvidas no processo de identificação de necessidades na atribuição de dinheiros públicos quer do ponto de vista das habitações quer do ponto de vista da reposição do potencial produtivo.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Dr. Sérgio Gomes.

O Sr. Dr. **Sérgio Gomes**: — Sr. Deputado, respondendo no âmbito daquelas que eram as minhas funções à data, não no âmbito da instituição que eu representava, porque aí eu desconheço, portanto no que se refere ao

Comando Distrital de Operações de Socorro de Leiria nós nunca fomos, se me permitem a expressão, nem perdidos nem achados em todo o processo.

Portanto, tudo o que tenha a ver com a atribuição de dinheiros públicos passou completamente à nossa margem sem sermos envolvidos no processo.

No que se refere à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil hoje, no passado Autoridade Nacional de Proteção Civil, eu desconheço, mas se permite que o diga, penso que não.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Ainda assim, quero perguntar-lhe se tem conhecimento de aplicações indevidas de apoios públicos quer no que respeita à reposição do potencial produtivo quer à reabilitação de habitações.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Sérgio Gomes**: — Sr. Deputado, não tenho conhecimento de nada do que me questiona.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Bom, não sei se terá sido conveniente a chamada do senhor a esta audição dado o assunto desta Comissão de Inquérito ser a atribuição de apoios públicos e como já disse que não desempenhou qualquer papel nessas funções, ...

*Protestos do Deputado do PCP João Dias.*

... não tenho mais perguntas que lhe fazer.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado.

Vamos passar ao Grupo Parlamentar do PCP, dando a palavra ao Sr. Deputado João Dias.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero esclarecer o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, dizendo-lhe que deve estar muito desinformado relativamente à importância desta convocatória, pois estamos a falar de uma Comissão de Inquérito aos incêndios de Pedrógão e não permitir ouvir a voz de um dos representantes dos principais atores, os próprios bombeiros, que estiveram no terreno, isso seria... E digo isto porquê? Porque nós não temos dúvidas de que a garantia da segurança das populações é também um apoio e é este apoio que, não estando escrito, redigido, explícito no objeto desta Comissão também faz parte desta Comissão e nós, Deputados, temos a responsabilidade de, na avaliação dos apoios que o Estado deveria ter dado às vítimas e àquele território, avaliar o nível de segurança que o Estado deve ter para com a população e o território.

Por isso, faz todo o sentido ter aqui o Sr. ex-Comandante, tendo em consideração o papel relevante no conhecimento do território, na garantia da segurança da população face a dramas dessa dimensão, porque muita gente agora lamenta, mas a verdade é que temos de passar do lamento aos apoios efetivos e à correção dos erros, porque costuma dizer-se que devemos aprender com os erros.

De facto, ninguém estava preparado para a calamidade do que aconteceu em Pedrógão, tem havido muitos incêndios em Portugal de grandes dimensões, mas aquele incêndio revestiu-se de uma particularidade, assim como o de outubro do mesmo ano, com a perda de muitas vidas

humanas e isso é algo que torna o incêndio com características ainda mais sensíveis.

Portanto, se considerarmos que o Sr. Comandante não tem relevância para ser chamado a uma Comissão que se debruça sobre um incêndio daquela dimensão, sobre uma calamidade daquela dimensão com a perda de vidas humanas, que deve ser a garantia atribuída por parte dos sucessivos Governos, isso é, de facto, lamentável.

Mas quero, antes de mais, e é por aí que tinha previsto começar – aliás, o Bloco de Esquerda nem sequer requereu a audição de um único depoente, mas está aqui a criticar os que o PCP apresentou... Bom, mais valia que desse exemplo.

Relativamente ao que interessa para o objeto desta Comissão, Sr. Comandante, quero agradecer-lhe encarecidamente a sua presença e os esclarecimentos que nos possa prestar.

Obviamente que não quero questioná-lo sobre as segundas habitações, obviamente que não quero questioná-lo sobre... Aliás, o PCP também não entende a nossa presença nesta Comissão para fazer aqui um julgamento em praça pública, para fazer das vítimas vilões, como tem sido a postura, principalmente do PSD...

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Como?!

O Sr. **João Dias** (PCP): — ... que entendeu por bem criar esta Comissão, dizendo até, ultimamente, que está a homenagear as vítimas! Mas aquilo que nós entendemos é que foi criado um clima de suspeita sobre aquela população, sobre aquelas vítimas.

Quero dizer, de forma clara, que não compactuamos com ilegalidades, com incorreções, com erros que possam ter acontecido, porque podem ter acontecido, é evidente, a situação foi dramática, a resposta e a solidariedade

de todo o povo português, por vezes, foi até difícil de gerir, com muita gente a tentar ajudar e com muitas instituições e organizações a tentar ajudar.

De facto, podem, evidentemente, ter acontecido erros, poderão até ter acontecido ilegalidades, mas existem instituições e órgãos próprios para fazer esse julgamento, para fazer o apuramento e para fazer investigação e, naturalmente, proceder à sua correção.

A Assembleia da República, com o maior respeito por aquela que é a nossa atividade, deverá fiscalizar e escrutinar as políticas do Governo e dos órgãos institucionais dependentes do mesmo.

Por isso, temos deixado aqui muito claro que não devemos utilizar esta Comissão para mais do que exigir o que nunca foi feito.

Assim, Sr. Comandante, quero por começar por uma questão muito genérica, que é a seguinte: qual a avaliação que faz no âmbito do combate aos incêndios na altura, em 2017, comparativamente ao momento atual, ou seja, aquilo que queremos saber é se, resultante das políticas e das opções que cada um dos Governos foram tomando, estavam ou não criadas, de facto, respostas ajustadas à defesa da floresta e das populações.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Sérgio Gomes**: — Srs. Deputados, se me permitem, só um aparte: foi pena a Sr.<sup>a</sup> Procuradora não me julgar também como não tendo relevância para o contexto dos incêndios florestais de Pedrógão, porque eu escusava de ter perdido três anos da minha vida envolvido num processo do qual saí, felizmente, mas onde nem estava quando foi o incêndio de Pedrógão.

Relativamente ao que o Sr. Deputado questiona, quero dizer-lhe que, em concreto, a Resolução da Assembleia da República n.º 51/2014 fala, e



muito, naquilo que era necessário fazer na floresta e do que podemos observar é que pouco ou nada foi feito até 2017.

Muito do que se fala hoje relativamente às vítimas, sobre se as vítimas deveriam fugir, se não deveriam fugir, se deveriam permanecer nos seus locais de habitação, etc.... Se esse documento tivesse sido considerado, possivelmente ter-se-iam evitado muitas daquelas vítimas, ou quase todas, e a catástrofe teria tido, certamente, outra dimensão.

Sobre a avaliação que faço no combate a este incêndio florestal comparativamente ao modelo atual, se me permitem um desabafo, eu não vinha preparado para este tipo de perguntas; eu vinha focado, até porque o tempo de que dispus foi curto, na questão dos apoios e aí era fácil, porque não fui perdido nem achado no processo e era só dizer que não sei de nada.

Mas, já que me questionou, eu posso dizer aquela que é a minha intuição e que é o sentimento de alguém que conviveu cerca de 30 anos com esta atividade na sequência das funções que exerci, quer no âmbito de as funções que exerci, quer no âmbito distrital, quer no âmbito nacional. Eu deixei de exercer funções de âmbito nacional de operações de socorro no final do ano transato, portanto estou à vontade para dizer aquele que é o meu sentimento relativamente a essa questão.

O Sr. Deputado falou em dois incêndios com características sensíveis — os de Pedrógão Grande e os de 15 de outubro. São, efetivamente, dois incêndios — aliás, dois dias de incêndios — com características muito próprias, onde nos habituámos a olhar para a realidade dos incêndios florestais, colocando na equação todas as alterações climáticas que fomos vivendo ao longo dos últimos anos. Tivemos Pedrógão com fenómenos atmosféricos que, até ao dia 17 de junho de 2017, nunca haviam sido pelo menos falados, sentidos eventualmente, mas desconhecendo o que é que se passava. Ninguém falava em *downburst* ou noutro tipo de fenómenos. E tivemos depois o incêndio de 15 de outubro, ou os vários incêndios que

ocorreram no País em 15 de outubro, fruto também de um evento meteorológico.

Portanto, trata-se de dois incêndios com características muito específicas que não são, se me permitem a expressão, dois incêndios normais. Incêndios normais poderão ser aqueles que ocorreram já neste ano, os incêndios que ocorreram em 2015, 2016, por aí fora.

Eu, enquanto Comandante Distrital de Operações de Socorro de Leiria, e até enquanto comandante de um corpo de bombeiros — antes, fui comandante de um corpo de bombeiros —, tinha por hábito, em qualquer tipo de ocorrência — e isso também acontecia em Leiria, desde que os incêndios fossem classificados como grandes incêndios — realizar um *briefing* com todos os atores que tivessem estado nos teatros de operações, porque entendo que só assim se pode evoluir. Nós debatíamos aquilo que tinha corrido menos bem, o que tinha corrido bem, os aspetos que tínhamos de melhorar. Basicamente, fazíamos uma análise SWOT daquilo que era o incêndio.

Não vejo isso hoje. Nem vejo isso como um hábito no nosso País, porque parece que nós, muitas vezes, temos medo de mostrar as nossas fragilidades e de assumirmos onde é que erramos para depois podermos evoluir.

Portanto, é minha intuição de 2017 para cá que, naquilo que se refere ao combate a incêndios florestais, nós estamos mais debilitados. Não é o incremento de meios aéreos ou o Programa Aldeia Segura e Pessoas Seguras, que são de realçar, bem como qualquer atividade que se faça na floresta com vista a protegê-la... Aquilo que se fez e sobretudo aquilo que se deveria ter feito após 2017 penso que é muito redutor. Havia muito mais a fazer. Penso que, mais uma vez, não aprendemos com os erros.

E não é só 2017, podemos recuar a 2013, com os incêndios do Caramulo e, também, com uma série de fatalidades que aconteceram. Não

aprendemos mais uma vez. Aconteceu em 2013 e não aprendemos, aconteceu em 2017 e não aprendemos. Mas não aprendemos só na questão do combate, porque o combate é o último elo de uma corrente. Só existe combate porque tudo a montante falhou.

Se nós passarmos em Pedrógão — eu passei lá há cerca de 15 dias... Enfim, não direi que está pior ou que está melhor, penso que se fez muito pouco ou nada para aquilo que se deveria ter feito ao longo destes últimos três anos.

Portanto, penso que, de uma forma muito genérica, nós não evoluímos na questão do combate, até porque há outras questões paralelas que também concorrem para que assim seja. Aquele que é o maior ator no combate aos incêndios florestais, que são os bombeiros voluntários, é uma não aposta. Cada vez mais se vai apoiando menos os bombeiros voluntários, o que faz com que eles vão abandonando os seus quartéis e que vá havendo cada vez menos gente, gente experiente.

Portanto, aquilo que deveria ter sido um reforço nessa aposta é um reforço noutras... Nem digo noutras forças, há mais atores de outras instituições, o que dará azo a mais confusão, a um comandamento — nem sei se poderá ser utilizada esta palavra —, porque estamos a falar de forças totalmente civis, que não entendem muito esta questão do comandamento, nem sequer são militarizados, nem nada disso...

Penso que, como já disse, de uma forma muito genérica, de acordo com aquela que é a minha intuição, hoje estamos muito pior do que estávamos em 2017.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Tem a palavra, Sr. Deputado João Dias.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Quero dizer-lhe, Sr. Comandante, que, por estes seus primeiros esclarecimentos, de facto posso garantir-lhe que já valeu a pena ter estado presente nesta Comissão de Inquérito. Aliás, deixo até aqui uma palavra para o Sr. Deputado relator que, não estando implícita no objeto da Comissão de Inquérito a segurança, a garantia da segurança é decisiva para as populações e deverá ser um elemento presente que esta Comissão deve aprofundar e deve ter uma atenção especial.

Desde logo, quero colocar-lhe duas questões.

Em primeiro lugar, pergunto se, após todo este momento dramático, houve alguma altura em que, enquanto comandante do Centro Distrital de Operações de Socorro de Leiria, foi envolvido numa avaliação, numa análise por parte da tutela, por parte mesmo das instituições envolvidas, para que se pudesse avaliar toda a situação. Não estou a querer avaliar, porque até, como disse o Sr. Comandante, por questões pessoais não pôde estar naquele dia — naturalmente todos nós compreendemos essa situação — mas, na nossa maneira de ver, a sua presença aqui é precisamente para esclarecer o antes e o após o incêndio mais do que, em concreto, também o combate, em que, como disse, alguma coisa falhou.

Por isso, quero questioná-lo também no sentido de saber se considera que agora há maior capacidade instalada para responder, embora tenha aqui dito que estamos muito mais debilitados. De qualquer das formas, peço-lhe que nos deixe aqui o que é que, no seu entender, está em falta para que possamos ter mais condições e capacidade de resposta a incêndios desta dimensão.

Esclareço, aliás, que já neste ano tivemos um incêndio em que perdemos, só nesse incêndio, 16 000 ha de território, o que, portanto, significa que aquilo que o Sr. Comandante aqui disse é verdade, ou seja, que aprendemos muito pouco.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Dr. Sérgio Gomes.

O Sr. Dr. **Sérgio Gomes**: — Relativamente à primeira questão, se houve em algum momento alguma audição que partisse da tutela, a minha resposta é não. Nunca fui ouvido a não ser pelo tribunal e pelo Ministério Público na sequência dos incêndios de Pedrógão Grande. Portanto, nunca ninguém me ouviu. Nem sequer sobre a análise que eu faço dos incêndios de Pedrógão. Fiz uma análise SWOT na sequência daquilo que disse há pouco que fazia dos incêndios de maior dimensão, e fiz essa análise também perante os bombeiros e outros intervenientes, tendo como preocupação-base sobretudo eles sentirem que fizeram tudo aquilo que estava ao alcance deles para evitarem a tragédia.

Portanto, fiz uma análise onde ficou demonstrado aquilo que foi o desempenho de todas as forças. E é curioso que, ainda há poucos meses, uma reportagem, penso que do National Geographic, deu grande ênfase... Teve de positivo, pelo menos, o País perceber exatamente aquilo que se tinha passado. A análise que fiz é muito semelhante àquela que o programa mostrou, feito, obviamente, com recursos diferentes.

Portanto, fiz esse *briefing* aos bombeiros, nunca fui ouvido pela tutela e deixe-me dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado — mais uma vez é a minha opinião pessoal: acho que as comissões que se criam depois de haver mortes são importantes, mas são importantes para serem usadas no futuro de forma a evitarem-se mais mortes. Mas seria também importante, se calhar, perceber, por exemplo, o que é que se passou neste ano no incêndio de Proença-a-Nova, onde arderam 17 000 ha. Penso que não devia haver necessidade de haver alguém a morrer para se criarem essas comissões, porque, como já disse, é uma prática que deveria ser iniciada no nosso País.

Os incêndios atingem determinada área ou o que for e deveria falar-se abertamente naquilo que se passou. É que há pormenores que, muitas vezes, não são considerados mas que são de extrema importância para que o combate decorra dentro da normalidade e para que se consiga ter êxito.

Napoleão ganhou a guerra porque deu importância àquilo que é a logística. E muitas vezes nós ouvimos nos teatros de operações ou que os bombeiros não comem, ou que faltou combustível, enfim, uma série de coisas. Se esse debate não for feito toda a gente vai pensar que fez bem e, portanto, havendo uma segunda ocorrência, havendo um segundo incêndio, vai-se ter o mesmo procedimento: vai-se alimentar mal, vai haver falhas de combustível, vai haver uma série de coisas e, depois, o resultado não pode ser bom.

Mais uma vez, repetindo-me, nunca fui ouvido pela tutela relativamente ao incêndio de Pedrógão. Fui alvo de dois processos disciplinares no âmbito da Secretaria-Geral do MAI, os quais foram arquivados, mas perguntarem-me qual era a minha opinião acerca do incêndio de Pedrógão, o que é que correu bem e o que é que correu mal... Porque eu só não estive lá nas primeiras 12 horas; no dia 18, à hora de almoço, eu já lá estava.

Relativamente à segunda questão, sobre o que é que está em falta, como já disse, as comissões não podem ser criadas só quando há mortes, têm de ser criadas quando os incêndios atingem determinados patamares de evolução ou de área ardida ou o que for. Em falta estará muita coisa, evoluiu-se um pouco naquilo que era a abordagem. Antigamente, antes de 2017, se me permitem a expressão, os incêndios eram observados um pouco como as épocas de caça: havia a fase Charlie, a fase Bravo, etc. Hoje, felizmente, alterou-se esse conceito, mas, na prática, essas alterações trouxeram muito pouco de benéfico. Espero que, no futuro, sejam preparadas alterações significativas. E vou dar-vos um exemplo muito simples: a serra de Aire e

Candeeiros faz parte do distrito de Leiria e, como sabem, uma das dificuldades que nós tínhamos, muitas vezes, era, no inverno, preparar o verão fazendo uso do fogo. E nós não conseguíamos queimar porque o 104/2006 dizia que não se podia fazer fogo durante a fase Charlie do dispositivo. Este é um procedimento totalmente errado. Mas porque é que não se há de fazer fogo se houver condições para o fazer? E considerando que aquele tipo de combustível só arde naquele período? Portanto, isto não faz sentido.

Essa é uma das questões em que o paradigma hoje é, ligeiramente, diferente, mas há muito mais a fazer, há muito mais a enfrentar, e não é com a criação de mais instituições, de mais agências, de mais atores... Penso que isso não vai fazer com que o combate evolua.

Há uma frase — certamente os Srs. Deputados já a ouviram várias vezes, e é isto que é importante — que diz: os incêndios não se combatem, previnem-se. E enquanto este conceito não for assimilado por quem de direito... Hoje, nós ouvimos os Srs. Engenheiros Florestais e outras pessoas da nossa sociedade falarem do combate, do combate, do combate... Mas porque é que não se fala da prevenção? Porque é que não se fala da gestão da floresta? Porque é que não se fala de uma floresta a criar riqueza? Porque é que não se fala de uma floresta numa perspetiva macro e não naquilo que, infelizmente, nós temos hoje no interior?

Na minha perspetiva, a floresta poderá ser encarada como uma fonte de riqueza, só que gerida de uma forma um bocadinho diferente, mas do que nós falamos é do combate. Todos os anos é o combate, o combate, o combate, quando o combate, como já disse anteriormente, é o último elo da corrente, e falhou a montante.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor.

Sr. Deputado João Dias, devolvo-lhe a palavra.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Realmente o Sr. Doutor fez aqui um enquadramento que vai precisamente de encontro àquilo que são as causas estruturantes dos incêndios. Obviamente que é impossível fazer uma gestão eficiente da floresta sem dela tirar rendimento. Portanto, é natural que depois aconteçam situações como esta. E o PCP tem apresentado muitas propostas para que se resolva esse problema do rendimento resultante da atividade florestal.

Falou também naquilo que são as questões das alterações climáticas.

Percebemos aquilo que pode ser implicação de umas condições meteorológicas severas, não temos dúvidas de que só vêm agravar até mesmo aquilo que é a intervenção, nomeadamente a primeira intervenção, que é fundamental e decisiva. É por isso mesmo, reconhecendo que existem alterações climáticas, que nós também temos de ter uma intervenção ajustada para resolver esse problema.

Queria, pois, questioná-lo sobre esta situação, que é o primeiro ataque. O primeiro ataque é fundamental, são 20 minutos. E queria questioná-lo se a região de Pedrógão é uma dessas áreas que tem capacidade de resposta em 20 minutos, se era uma das áreas que já tinha na altura ou se, neste momento, já estão criadas essas condições para haver um primeiro ataque em 20 minutos, porque isso é decisivo em termos do avançar do incêndio.

Como não tenho mais tempo, coloco-lhe só mais uma pergunta.

A cartografia que existe da avaliação do risco nos diversos territórios vem, com muita frequência, referenciar áreas acabadas de arder como de alto risco. Ora, nós entendemos que uma área que ardeu pelo menos nos primeiros três anos dificilmente terá alto risco para voltar a arder. A pergunta que nós colocamos é se, na sua opinião, não deveria haver uma outra dinâmica da produção da cartografia de risco do incêndio que se ajustasse a



esta dinâmica própria dos fogos, que é uma dinâmica com que, infelizmente, nós vivemos todos os anos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Dr. Sérgio Gomes.

O Sr. Dr. **Sérgio Gomes**: — Começando por responder à segunda questão, efetivamente o que o Sr. Deputado diz é verdade. Esta cartografia por vezes classifica, no ano seguinte, áreas ardidadas como de elevado risco, mas esse é um problema dos gabinetes técnicos florestais, que não atualizam a cartografia de risco. E, não querendo ser repetitivo, todas as entidades se preocupam com o combate mas deviam era preocupar-se com isto, com a elaboração de cartografia de risco para o País, com a dificuldade com a qual me deparei em 2013. Quando cheguei ao CDOS de Leiria, muitas vezes nem se sabia quem era o dono das terras. Nós fizemos um trabalho a partir de 2013 até 2018, quando vim para o Comando Nacional. Com o apoio da Guarda Nacional Republicana, em conjunto com as câmaras municipais e as juntas de freguesia, nós íamos a todas as freguesias, verificávamos todos os terrenos, no sentido de manter a legalidade por parte dos proprietários. Mas, muitas vezes, vimo-nos confrontados — a Guarda Nacional Republicana — com a ausência do cadastro, que é básico. Não havendo cadastro no País, não se sabendo de quem são os terrenos, como é que se pode evoluir depois?

Portanto, essa questão da cartografia é pertinente, mas são determinantes os gabinetes técnicos florestais e os municípios são quem tem essa obrigação legal.

Relativamente à primeira questão, do ataque inicial e dos tais 20 minutos, por acaso Pedrógão, no dia 17 de junho, correspondeu à obrigação de estar o primeiro veículo até 20 minutos no teatro de operações. Mas se, por acaso, Pedrógão não tivesse integrado o dispositivo... Podia tê-lo feito,

a integração do dispositivo é facultativa por parte dos corpos de bombeiros — se eu for comandante de um corpo de bombeiros ou presidente de uma associação e não quiser que o meu corpo de bombeiros integre o dispositivo não tenho ninguém só para o dispositivo. Pedrógão tinha e correspondeu. Mas o distrito de Leiria tem 25 corpos de bombeiros e só 19 é que integravam o dispositivo, sendo que quatro nem sequer era com um veículo com cinco elementos, era só com um veículo tanque.

Na realidade, só 15 corpos de bombeiros é que integravam o dispositivo, portanto 10 corpos de bombeiros não integravam o dispositivo. Poderia ser Pedrógão.

Isto para dizer o quê? Que também falta evoluir a este nível. E de 2017 para cá houve tempo para que isso acontecesse.

Poderá haver aqui outros problemas associados, relativamente aos subsídios, ao financiamento dos corpos de bombeiros, enfim, a uma série de coisas, mas não existe obrigação legal para que os bombeiros integrem o dispositivo, e eles podem depois falhar nesta questão dos 20 minutos.

Já agora, um aparte: se, no dia 17 de junho de 2017, Pedrógão não tivesse a integração no dispositivo, o centro de meios aéreos mais próximo do incêndio nem sequer integrava o dispositivo na altura, porque só viria a integrar 15 dias depois, que era o dia 1 de julho, em que, aí sim, já havia helicóptero em Figueiró dos Vinhos. No dia 17 não havia.

Isto vem na sequência daquilo que eu disse há pouco: os incêndios eram encarados um bocadinho como época de incêndios, mas erradamente, porque se houver condições para que aconteçam em janeiro, os incêndios vão ocorrer em janeiro, como bem se viu nesse ano, em outubro, que já era fora de época, segundo aquilo que estava interiorizado. E veio a verificar-se aquilo que aconteceu.

Não posso precisar agora, mas se Pedrógão não tivesse integrado o dispositivo no dia 17 de junho, tenho dúvidas de que até 20 minutos estivesse

um meio aéreo lá. Tenho dúvidas, não tenho a certeza, porque em Leiria não havia meio aéreo. Havia um, em Pombal, que estava fora de raio, pelo que não poderia ser mobilizado, e depois não havia mais nenhum e teriam de vir de Coimbra ou de Ferreira do Zêzere, dependendo também se estavam ou não disponíveis. No caso, foi de Ferreira, mas não posso precisar o tempo. Mas, como disse, se Pedrógão não tivesse integrado o dispositivo — poderia não integrar —, estes 20 minutos poderiam não ser cumpridos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Dr. Sérgio Gomes.

Terminada esta intervenção do Grupo Parlamentar do PCP, segue-se o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Miguel Castro.

O Sr. **Raúl Miguel Castro** (PS): — Dr. Sérgio Gomes, começava por lhe agradecer a sua presença nesta audição, apesar de ter sido tardiamente notificado para o efeito. Agradeço a sua disponibilidade para fazer esta audição perante a Comissão de Inquérito aos apoios do Estado pós-incêndios em Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos.

Nesse contexto, e sabendo eu também que já há pouco referiu que no próprio dia 17 não estava ao serviço, o que é irrelevante para os apoios do Estado, para a matéria... Não estamos aqui a discutir as causas do incêndio e, portanto, qualquer dissertação sobre técnicas de incêndio não colhem no âmbito desta Comissão.

A questão que lhe coloco, muito diretamente, é no sentido de saber se teve conhecimento de haver danos em equipamentos dos bombeiros naquela zona por ocorrência do incêndio do dia 17 de junho.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Dr. Sérgio Gomes.

O Sr. Dr. **Sérgio Gomes**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sim, tive conhecimento de danos em veículos no período em que houve incêndio. Foram muitos dias e, efetivamente, tive conhecimento de danos em veículos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Pode prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Raúl Miguel Castro** (PS): — Sabe se foram repostos esses equipamentos por parte das entidades, das tutelas?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Dr. Sérgio Gomes, para responder.

O Sr. Dr. **Sérgio Gomes**: — Eu saí do CDOS em abril do ano seguinte, portanto ainda não fazia um ano depois dos incêndios de Pedrógão... Tudo o que seja a reposição de veículos novos, não posso precisar, mas estou convencido que não. Não acompanhei o processo. Eram processos que estavam em desenvolvimento. A reparação de alguns veículos foi efetivada e também os danos em equipamentos foram compartilhados pelo Estado, mas não posso precisar quais. Mas houve, efetivamente, danos em equipamentos que foram compartilhados, e houve alguns veículos que, apesar de ser um procedimento não muito célere, foram reparados. Em relação a reposições totais não posso precisar, mas certamente que não tinham sido repostos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Tem a palavra, Sr. Deputado Raúl Miguel Castro.

O Sr. **Raúl Miguel Castro** (PS): — Acabou por referir que havia processos em desenvolvimento para a reposição de alguns desses equipamentos. Pergunto-lhe se tem conhecimento qual o tipo de equipamentos, se eram veículos, se eram instalações, o que é que poderia ser.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Dr. Sérgio Gomes.

O Sr. Dr. **Sérgio Gomes**: — De instalações não tenho conhecimento, de veículos e equipamentos sim. Havia processos não vou dizer já concluídos, mas certamente já perto disso, e outros ainda em fase de processo.

O Sr. **Raúl Miguel Castro** (PS): — Tem alguma ideia de que veículos se tratava, a que associações de bombeiros voluntários pertenciam?

O Sr. Dr. **Sérgio Gomes**: — Não tenho presente.

O Sr. **Raúl Miguel Castro** (PS): — A questão que lhe formulo agora, no âmbito desta Comissão de Inquérito, tem a ver com a avaliação aos apoios do Estado.

Tem conhecimento direto dos apoios que, posteriormente, foram atribuídos em diversas áreas naquela região?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Dr. Sérgio Gomes.

O Sr. Dr. **Sérgio Gomes**: — Não. Fora do âmbito dos bombeiros e daquilo que passava pelo CDOS de Leiria, não.

O Sr. **Presidente**: — Pode continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Raúl Miguel Castro** (PS): — Então, sendo assim, uma vez que não tem nada a dizer em termos de apreciação dos apoios do Estado, termino, agradecendo a sua presença.

O Sr. **Presidente**: — Dado que não se tratou de uma pergunta, mas de uma conclusão, segue-se, de imediato, o Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Leitão.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Sérgio Gomes, começaria por agradecer a sua disponibilidade e a sua presença hoje, aqui, nesta Comissão.

Permita-me que peça desculpa à Comissão por ter chegado mais tarde, mas estava a presidir aos trabalhos da Comissão de Ambiente. Se repetir alguma pergunta será exatamente por não ter assistido ao início dos trabalhos desta audição.

Recordo que o objeto da presente Comissão se prende com o apuramento das responsabilidades políticas no processo de atribuição de apoios na sequência dos incêndios ocorridos em junho de 2017, não no sentido, como já foi referido várias vezes e quase insistentemente, até à exaustão, nesta Comissão, de transformar vítimas em criminosos — não é esse o objetivo —, mas o objetivo para o PSD é o de que as vítimas não sejam duplamente vítimas, ou seja, vítimas da tragédia, cujos acontecimentos da tragédia que ocorreu com os incêndios e vítimas da incorreta gestão dos apoios e da ajuda humanitária.

Aproveito, até, para agradecer as suas palavras quando referiu que as comissões deviam servir — e esta serve para isso — para futuro. No fundo, para tirar lições do que é que não correu bem e projetar o futuro, corrigirmos

aquilo que pode ser corrigido, principalmente no garante da correta distribuição e apoio da ajuda humanitária a quem mais dela carece na sequência de uma tragédia. Estranho de novo o Partido Comunista Português voltar a referir, consecutivamente, até à exaustão, a fábula sobre as intenções do PSD. Não passa de uma fábula, porque não tem nenhuma adesão à realidade.

Permito-me perguntar se ao PCP incomoda aferir-se ou não se os apoios foram bem aplicados, se incomoda inferir se houve ou não transferência nos apoios que foram prestados, se foram adotados, por parte dos apoios do Estado, todos os mecanismos para prevenção da duplicação de apoios, de fraudes e de corrupção, se estar a aferir-se que o mecanismo foi o mais correto e se os apoios foram bem aplicados, aferir a verdade e tirar lições para medidas futuras, para que, no futuro, não se venham a cometer os mesmos erros.

Penso que enterrar-se a cabeça na areia não é a melhor política e o melhor serviço que nós podemos fazer aos nossos concidadãos.

Por isso, quero agradecer as suas palavras.

Sabendo que as causas do incêndio estão fora do objeto da presente Comissão, mas aproveitando a sua experiência, sendo especialista nesta área dos incêndios — pelo menos nós consideramo-lo dessa forma —, perguntava-lhe se nos podia ajudar, até para podermos tirar lições para o futuro e também para constatação no terreno de um ou outro apoio que seja visível e que esteja em falta e que possa ser colmatado.

Nesta Comissão, vários depoentes disseram que nada foi feito em medidas de prevenção para os incêndios na região, que foi perder uma oportunidade. Permita-me citar a nota informativa do Observatório Técnico Independente: «Não estamos seguros de que o País esteja suficientemente preparado para enfrentar eventos da mesma magnitude, sobretudo porque as variáveis determinantes permanecem sem alterações estruturais. A saber: o

ordenamento; a gestão florestal; a recuperação de áreas ardidadas; a mitigação de riscos desadequados; a insuficiente formação e qualificação dos agentes; a indefinição no modelo de organização territorial a adotar pelos serviços do Estado com particulares responsabilidades no sistema; a precariedade laboral de diversos agentes; a falta de recrutamento para lugares de comando operacional; e a manutenção de alguns comportamentos de risco pela população em condições favoráveis à ocorrência de incêndios».

Perguntava-lhe, assim, no balanço dos três anos pós-incêndios na zona do Pinhal Interior, se esta região está apta a responder, eficazmente, a eventos e a incêndios desta dimensão.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Sérgio Gomes.

O Sr. Dr. **Sérgio Gomes**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, nem esta nem outra região do País estarão aptas a responder a incêndios desta dimensão.

Obviamente, noutras zonas do território, onde o ataque inicial possa ser mais musculado, haverá a probabilidade de reduzir ou de debelar o incêndio com maior facilidade, mas estamos a falar de uma zona do território interior, onde o abandono dos mais jovens é uma realidade e há também dificuldade de os corpos de bombeiros manterem os seus homens ou de manterem corpos de bombeiros com músculo, digamos assim, para poder responder a qualquer situação que ocorra.

Depois, temos também de pensar à data em que estávamos no dia 17 de junho. E dou-vos como exemplo o seguinte: nós tivemos um incêndio florestal, também em Pedrógão Grande, em 2015, e uma hora após esse incêndio tínhamos projetado no teatro de operações 500 bombeiros e 10 meios aéreos. No dia 17 de junho, nem de perto nem de longe



conseguiríamos colocar no terreno esse número de homens e esse número de aeronaves. Era de todo impossível, porque estávamos na fase Bravo do dispositivo, onde, além de nem todos os centros de meios aéreos estarem dotados — já disse, há pouco, que o mais perto do incêndio era Figueiró dos Vinhos e nem sequer tinha meio aéreo —, havia também a questão da disponibilidade das pessoas para estarem nos quartéis integrados no dispositivo.

Portanto, por um lado, a dificuldade da interiorização e da falta de efetivos e, por outro, a fase em que nos encontrávamos em 17 de junho.

Mas, independentemente disso, um evento que atinja aquela dimensão, seja em Pedrógão, seja em Viana do Castelo, seja... Enfim, haja condições atmosféricas e condições na floresta e poder-se-á repetir em qualquer zona do território.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, questionaria, assim, que medidas viu serem aplicadas no terreno, em concreto, na zona do Pinhal Interior, no pós-incêndios, no fundo, para evitar ou mitigar a possibilidade de ocorrer, novamente, uma catástrofe desta natureza.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Sérgio Gomes**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, correndo o risco de ser injusto, porque, como disse, não vinha preparado para estas questões, vou falando daquilo que é a minha intuição e o meu sentimento perante o que me é colocado.

Penso que as medidas que foram implementadas no Pinhal Interior e no resto do País são muito idênticas. No Pinhal Interior propriamente dito

não me parece... Houve aí, em determinada altura, um incremento de equipas de intervenção permanente, as designadas EIP, e quase todos os corpos de bombeiros do País terão uma equipa disponível para acorrer a qualquer tipo de ocorrência na área de atuação do corpo de bombeiros, mas penso que estas equipas não servem, ou não são suficientes, melhor dizendo, para os incêndios florestais, porque as EIP, que tanto foram badaladas há uns meses ou há uns anos, penso que não... São importantes e, se estiverem disponíveis, poderão intervir, mas funcionam das 8 às 17 horas ou das 10 às 18 horas, enfim, o que for, e, portanto, se houver um incêndio fora daquele horário já não estão lá. Portanto, não me parece.

Em termos de medidas concretas na zona do Pinhal Interior, eu, sinceramente, não estou a ver quais foram. E ainda há pouco lá passei e, então, estruturais, não vi nada de especial.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Leitão, faça favor de prosseguir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, penso que, há pouco, referiu, e peço que me corrija se não foi exatamente assim e que densifique esta afirmação, que se tivesse sido cumprido o Decreto-Lei n.º 83/2014, do sistema de defesa da floresta contra incêndios, a dimensão desta catástrofe não teria ocorrido.

Peço-lhe que, se não foi bem assim, me corrija e que densifique esta afirmação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. Dr. Sérgio Gomes.

O Sr. Dr. **Sérgio Gomes**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, fiz referência à Resolução da Assembleia da República n.º 51/2014, que refere, por exemplo... Este programa Aldeias Seguras, Pessoas Seguras é um pouco... Enfim, esse documento legal já fala desta questão da segurança das pessoas. É que se formos, enfim, aferir aquelas 64 mortes, se não estou enganado... Por que razão é que morreu tanta gente? Por que razão é que houve aquela infelicidade toda? Porque as pessoas, muitas delas, saíram das suas casas. Portanto, o tal programa Pessoas Seguras, Aldeias Seguras acho que foi das poucas coisas boas que se fizeram nestes três anos. Pelo menos, explicou-se às pessoas o que elas poderiam fazer numa situação de catástrofe daquele âmbito. Ter-se-ia evitado a morte de muitas destas pessoas, se elas tivessem ficado em casa. Penso que isto é público, não estou a dar novidade nenhuma, e isto estava vertido nesse documento de 2014.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Leitão, queira prosseguir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, na mensagem de Natal de 2017, o Sr. Primeiro-Ministro assumiu o compromisso do Governo, de fazer tudo o que tinha de ser feito para prevenir e evitar, naquilo que era humanamente possível, tragédias como a que vivemos naquele ano. Como? Melhorando a prevenção, o alerta e o socorro, a capacidade de combater as chamas, mas, sobretudo, centralizando com persistência no que exige tempo, mas que é o mais decisivo e estrutural: a revitalização do interior e o reordenamento da floresta.

Questiono-o sobre se teve oportunidade de verificar que estas ações ocorreram no terreno.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Dr. Sérgio Gomes.

O Sr. Dr. **Sérgio Gomes**: — Não.

O Sr. **Presidente**: — Não verificou ou não ocorreram? Só para se perceber.

O Sr. Dr. **Sérgio Gomes**: — Não, não verifiquei.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Esse pequeno pormenor, Sr. Presidente, é de extrema importância.

Sr. Doutor, a segunda nota técnica do Observatório Técnico Independente, de 2020, dá conta da redução do DECIR (Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais) em 2020. O que acha que está na origem desta redução?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Sérgio Gomes**: — Peço desculpa mas não percebi a questão.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — A segunda nota informativa do Observatório Técnico Independente, de 2020, dá conta de uma redução do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais. Pergunto-lhe, na sua opinião, o que acha que está por detrás desta redução.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Sérgio Gomes**: — Não conheço essa nota do Observatório Técnico Independente, mas possivelmente a redução do dispositivo — penso

que disse «dispositivo» — poderá ter a ver com o facto, que também já abordei há pouco, de cada vez haver menos apoio aos bombeiros e, obviamente, haver um abandono dos bombeiros dessa atividade e uma redução no dispositivo.

Depois, também há outras questões que poderão estar na sequência dessa desmotivação e desse abandono, porque hoje qualquer elemento que vá ou que seja chamado para uma qualquer ocorrência, quer seja de incêndios florestais, quer seja de acidentes, enfim, o que for, fruto de uma decisão que é tomada no momento, pode ser alvo daquilo de que eu fui alvo e, portanto, ser acusado pelo Ministério Público de uma série de coisas. E as pessoas têm medo, têm receio de tomar decisões.

Penso que isso também nada beneficiou e vamos ver o que o futuro nos irá dizer, porque as pessoas têm medo de tomar decisões, têm medo de ser os primeiros a chegar e isto, na minha perspetiva, tem reflexos complexos num futuro próximo.

Relativamente a esta redução, em concreto, não a conhecendo a fundo, penso que tem a ver com o abandono da atividade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Leitão.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, do mecanismo de apoio europeu, na altura, de 50 milhões, 26 milhões terão ficado para instituições do Estado, como a GNR, a Proteção Civil, o Instituto de Conservação da Natureza e o Fundo Florestal Permanente. O objetivo anunciado, em 2018, foi a reposição de veículos, o reforço de material e combate a incêndios.

Penso que já foi aqui questionado, mas pergunto-lhe se foi para além daquilo que referiu há pouco, porque, confesso, me pareceu bastante pouco.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Sérgio Gomes**: — Desconheço. Desconheço para onde é que esses fundos foram. Não faço ideia.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Mas tem conhecimento de algum valor? Desconhece na totalidade ou tem conhecimento de que tenha sido utilizado noutras medidas, como a reflorestação, a reposição de infraestruturas...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, para responder...

O Sr. Dr. **Sérgio Gomes**: — Não, desconheço em absoluto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra para concluir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, pensa que, apesar de este valor de cerca de 25 milhões supostamente ter sido aplicado, de acordo com os relatórios, ou seja, terá mesmo sido aplicado, Portugal está à data de hoje mais preparado. Penso que esta pergunta é um bocado redundante, mas, no fundo, queria aqui fazer um paralelismo entre os valores em causa e a preparação para incêndios desta dimensão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, tem a palavra.

O Sr. Dr. **Sérgio Gomes**: — Sr. Deputado, já disse há pouco que, na minha perspetiva, Portugal não está melhor preparado. E digo isto porquê? Desde que tomei posse, em 2013, em Leiria, no ano de 2014, Leiria foi o distrito do País com menor área ardida, o que, na altura, enfim, foi gratificante para nós e para todos os intervenientes no combate. Leiria nunca

se posiciona, nem de perto, nem de longe, como o distrito com menos área ardida, e arderam 100 ha em 2014.

Mas já em 2013, em que arderam 2200, se não estou enganado — em 2014, foram os tais 100, em 2015, foram à volta de 1000 ha, em 2016, também foram à volta de 1000 ha —, eu dizia, muitas vezes, ou, melhor, sempre que havia a apresentação do dispositivo, porque era comum fazer-se a apresentação do dispositivo antes de iniciarmos o período de incêndios, eu dizia que não sabia até que ponto é que era positivo termos estes números, termos uma área ardida tão reduzida, simplesmente pelo facto de, na floresta, nada ser feito de um ano para o outro. Portanto, se, em 2014, arderam 100 ha e, de 2014 para 2015, a única coisa que acontecia na floresta era os combustíveis crescerem, os combustíveis finos e grossos, enfim, toda a floresta, ficando mais disponível para arder no ano seguinte, não sei até que ponto é que isto era positivo. Portanto, ia havendo cada vez mais um acumular de biomassa na floresta, suscetível de arder e de causar uma catástrofe, e longe de mim pensar que iria ser exatamente no meu distrito. Portanto, aquilo que eu dizia tantas vezes aconteceu precisamente no meu distrito.

Olhando também nesta perspetiva, penso que Portugal não está hoje mais preparado ou melhor preparado do que estaria em 2017, está menos preparado, porque, como já foi dito aqui, tem menos dispositivo. Tem mais meios aéreos, porque, após 2017, houve um incremento de meios aéreos no dispositivo, mas os meios aéreos não são tudo, são importantes e, às vezes, até são determinantes, mas não são tudo.

Há a questão das pessoas, que hoje, apesar do programa, na minha perspetiva, também deveria ter outras abordagens. Mas, pelo menos, disse às pessoas que elas não têm de sair da aldeia, têm de ir para um sítio seguro, e, nessa perspetiva, evoluímos um bocadinho. Agora, preparado, Portugal não está. Aliás, isso pode aferir-se por aquilo que aconteceu no incêndio de

Proença, ainda há relativamente pouco tempo, onde arderam 17 000 ha e, felizmente, não houve vítimas. É de realçar este facto, mas também há uma realidade da qual não nos podemos esquecer: é que, muitas vezes, e espero que não aconteça aquilo que vou dizer, e digo isto, em jeito de desabafo, os fogos não se combatem, defendem-se povoações, mas o fogo vai ardendo.

Eu dizia muitas vezes que quando estamos a defender uma povoação não estamos a combater, estamos a desviar o fogo da povoação e depois somos confrontados com áreas ardidadas enormíssimas e não temos meios de parar esses incêndios.

Portanto, face àquilo que deveria ter sido a aprendizagem de 2017 e, se quisermos, de 2013, penso que Portugal não está melhor preparado para os incêndios florestais.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra para prosseguir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — À época houve um conjunto de notícias que veicularam sobre a questão das falhas, porque arderam as infraestruturas, no que concerne às comunicações civis, e também daquilo que foram as falhas no sistema de emergência, no SIRESP (Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal), e eu questiono-o se à data de hoje — houve uma grande questão que foi falada, como o facto de se enterrarem as linhas e da substituição pela fibra ótica —, estas alterações são constatáveis no terreno.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Sérgio Gomes.

O Sr. Dr. **Sérgio Gomes**: — Desconheço se houve alguma alteração relativamente a essa questão concreta do SIRESP.



O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Relativamente às infraestruturas a que chamaria de telecomunicações do cidadão comum, sabe se há redundância das redes? O que é que foi resposto e qual o estado da arte aos dias de hoje?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder o Dr. Sérgio Gomes.

O Sr. Dr. **Sérgio Gomes**: — Não posso responder em concreto, penso que não houve grandes alterações, mas não tenho conhecimento suficiente para responder.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Fico por aqui.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, na segunda ronda, temos a inscrição do Sr. Deputado João Dias, para um esclarecimento, e eu sugiro fazermos o seguinte: Sr. Deputado João Dias, considera-se esclarecido face às perguntas colocadas, pretende apenas um breve esclarecimento, é isso?

Sr. Deputado, por uma questão de justiça relativa, enquanto o Sr. Deputado estiver a usar da palavra ou o Dr. Sérgio Gomes estiver a responder, qualquer grupo parlamentar poderá inscrever-se ainda para intervir, porque, na dinâmica do debate, poderá suscitar-se uma outra pergunta qualquer, digo isto para não estarmos a contar que ninguém vai intervir e depois há um que intervém. Portanto, por uma questão de lealdade assim será.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Presidente, agradeço a sua compreensão, até porque não se trata propriamente de uma segunda ronda de perguntas, é apenas aproveitar a presença do, permita-me que continue a chamar-lhe assim, Sr. Comandante, até por alguma indelicadeza que aqui surgiu no início da sua audição. Devemos fazer aqui um reparo, e na sua pessoa enquanto ex-Comandante, dirigir a todos os bombeiros portugueses o reconhecimento pelo seu importante papel naquela que é a sua missão de salvar as vidas e os bens da nossa população.

A verdade é que ficou aqui provado que é necessário dotar as corporações de bombeiros, e as associações humanitárias, de condições para que eles possam cumprir essa mesma missão e também é necessário, e isto é muito importante, considerar e ouvir os bombeiros, estas importantes associações, porque eles têm muitos contributos a dar para a melhoria das condições que existem.

Isto porque os bombeiros não exigem só meios, os bombeiros também exigem condições estruturais para que os incêndios se previnam — tal e qual como disse — e não tenham de se combater.

Por isso um bem-haja e, na sua pessoa, agradecemos a todas as corporações de bombeiros, a todos os homens e a todas as mulheres que cumprem esta missão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a sua intervenção suscitou a inscrição do PSD para intervir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Leitão.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Presidente, é uma intervenção muito curta.

Quero, também, agradecer ao Dr. Sérgio Gomes e dizer que aquilo que foi mencionado pelo Partido Comunista Português, nesta última intervenção, e já que fui crítico na minha intervenção inicial, é subscrito na íntegra pelo PSD.

O Sr. **Presidente**: — Agradeço ao Dr. Sérgio Gomes a sua presença, entendo que à Mesa compete defender o prestígio da Comissão e de cada um dos seus Deputados e fazer, ainda, o seguinte esclarecimento para o Sr. Doutor e para quem nos possa ouvir: a Comissão de Inquérito tem um objeto, que é um objeto predeterminado.

Não raras vezes, ao longo das audições, os Srs. Deputados, porque uma pergunta sugere outra resposta, saem fora do objeto. É normal, não tem qualquer problema.

O facto de algum ou alguns dos Srs. Deputados, no rigor da inquirição que faz, confrontando a testemunha com o que ela sabe ou não sabe, possa dizer que não tendo mais conhecimento não vale a pena continuar a inquirir, que não seja nunca lido como menor consideração, mas apenas como rigor e, portanto, deixem-me aqui salvaguardar esse facto que não seja nunca entendido, por quem esteja a ser ouvido como menor consideração, mas, de facto, face ao objeto da Comissão há um conjunto de factos relevantes que V. Ex.<sup>a</sup> sabe — e ainda bem que os trouxe — e há um conjunto de factos que nos disse expressamente: «esses não sei».

Assim, em relação a esses, é completamente legítimo que qualquer Deputado possa dizer «se não sabe mais do que isto não vale a pena inquirilo». Agora, também não queria que saísse daqui qualquer tipo de apoucamento do depoente ou, muito menos, da instituição que ele representou e que nós muito consideramos.

Agradeço novamente a sua presença e o seu depoimento.

Srs. Deputados, amanhã teremos novamente audição e às 17 horas cá estaremos. Agradeço, mais uma vez, a vossa colaboração.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

*Eram 18 horas e 18 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.